

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

**REQUERIMENTO Nº _____, de 2015
(Do Sr. Fernando Francischini)**

Requer que a Polícia Federal encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito cópia de todos os inquéritos em curso relacionados às fraudes em fundos de pensão, notadamente aqueles que envolvem o Postalis, seu ex-presidente Alexej Predtechensky, e Fabrizio Neves, ex-sócio da Atlântica Asset Managment.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; e no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; que seja submetido à deliberação do plenário desta Comissão o pedido ora formulado, a fim de subsidiar os trabalhos desta CPI sobre os fundos de pensão.

JUSTIFICAÇÃO

Em depoimento a esta CPI, o senhor Alexej Predtechensky, ex-presidente do Postalis, afirmou que não possui conta no exterior e que a conta que se apresenta em seu nome, foi falsificada. “Fabrizio Neves é estelionatário. Já o denunciei durante meu depoimento a Polícia Federal e, agora, o faço aqui”, revelou.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

Fabrizio Neves é um dos ex-sócios da empresa Atlântica Asset Management, contratada pelo Postalis para realizar investimentos no exterior e que é investigada por fraudar notas e desviar recursos do Fundo.

Em vez de fazer investimentos conservadores, Fabrizio, dizem a investigação da SEC e uma auditoria externa contratada pelo Postalis, fez roleta-russa com o dinheiro do Postalis. Investia em produtos financeiros complexos e arriscados, por meio de um instrumento conhecido como “nota estruturada”. **Ao fazer as operações, segundo as investigações, desviava dinheiro para contas secretas de empresas com sede em paraísos fiscais. Por baixo, os investigadores estimam que US\$ 24 milhões foram cobrados indevidamente do Postalis.**

Assim, para que possamos aprofundar as investigações acerca desse esquema fraudulento, que causou um rombo milionário aos trabalhadores dos Correios, faz-se necessário que a Polícia Federal encaminhe a esta CPI toda a documentação contida nos inquéritos abertos para apurar esses crimes.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 2015.

Dep. Fernando Francischini
Solidariedade/PR